

O governo unipolar é ilegítimo e imoral*

Vladimir V. Putin**

** *Presidente da Federação Russa.*

Sra. Chanceler Federal, Sr. Teltschik, senhoras, senhores, eu lhes agradeço este convite para participar de uma conferência tão representativa, que reúne políticos, militares, empresários e especialistas de mais de quarenta países do mundo.

O formato de conferência me permite evitar as fórmulas de polidez supérfluas e recorrer aos clichês diplomáticos tão agradáveis aos ouvidos quanto vazios de sentido. O formato de conferência permite-me dizer o que penso sobre as questões de segurança internacional e, se meus julgamentos lhes parecerem inutilmente polêmicos ou mesmo imprecisos, peço-lhes que não me queiram mal. É apenas uma conferência e eu espero que em dois ou três minutos o Sr. Teltschik não acenda a 'luz vermelha'.

Sabemos que os problemas de segurança internacional são bem maiores que os de estabilidade político-militar. Estes problemas dizem respeito à estabilidade da economia mundial, à luta contra a pobreza, à segurança econômica e ao desenvolvimento do diálogo entre as civilizações. O caráter universal e indivisível da segurança

* Pronunciando-se diante da Conferência de Munique sobre Segurança, em 10 de fevereiro de 2007, o presidente da Rússia Vladimir Putin denunciou explicitamente a ilusão norte-americana de governo unilateral do mundo como desprovida de qualquer base jurídica e moral. Ele também criticou vivamente a OSCE (Organização para a Segurança e Cooperação na Europa) e o uso subversivo, por alguns Estados, de organizações que de não-governamentais só têm o nome. Reproduzimos o texto integral deste grande discurso, que marca uma virada na política exterior russa. Tradução e revisão: Lúcia Helena Fernandes de Sabóia e Wanda M. Costa.

reflete-se em seu princípio de base: ‘a segurança de cada um significa a segurança de todos’. Franklin Roosevelt já havia declarado, no início da Segunda Guerra mundial: “Onde quer que a paz seja rompida, é o mundo inteiro que é ameaçado”. Estas palavras continuam válidas até hoje. Aliás, o tema da nossa conferência testemunha isto: as crises globais implicam uma responsabilidade global. Há vinte anos o mundo estava dividido no plano econômico e ideológico e a segurança era garantida pelos potenciais estratégicos imensos das duas superpotências. O confronto global relegava os problemas econômicos e sociais urgentes à periferia das relações internacionais e da agenda mundial. Como qualquer guerra, a Guerra Fria nos deixou, por assim dizer, ‘obus não explodido’. Refiro-me aos estereótipos ideológicos, aos modelos duplos e a outros clichês herdados da mentalidade dos blocos. O mundo unipolar proposto após a Guerra Fria também não se efetivou.

De fato, a história da humanidade conheceu períodos de unipolaridade e de aspiração à dominação mundial. A história da humanidade os viu em todas as suas formas. O que é um mundo unipolar? Apesar de todas as tentativas de se embelezar este termo, ele significa, na prática, apenas uma coisa: um só centro de poder, um só centro de força e um só centro de decisão. É o mundo de um único senhor, de um único soberano. No fim das contas, isto é fatal tanto para todos os que se encontram no seio deste sistema quanto para o próprio soberano, que se destruirá por dentro. Bem entendido, isto não tem nada a ver com a democracia, pois a democracia é, como sabemos, o poder da maioria que leva em consideração os interesses e as opiniões da minoria. A propósito, dão-se constantemente lições de democracia à Rússia. Mas os que o fazem não querem, não se sabe porque, eles mesmos, aprender. Considero que o modelo unipolar é não somente inadmissível para o mundo contemporâneo como também ele próprio, totalmente, impossível. Não apenas porque, nas condições de um único líder, faltarão ao mundo contemporâneo (devo sublinhar: *contemporâneo*) recursos político-militares e econômicos. Mas, e o que é ainda mais importante, este modelo é ineficaz, pois ele não pode, de forma alguma, repousar sobre a base moral e ética da civilização contemporânea. No entanto, tudo o que se produz atualmente no mundo – e ape-

nas começamos a discutir este assunto – é consequência das tentativas de se implantar esta concepção nos negócios mundiais: a concepção de mundo unipolar.

Qual o resultado disto? As ações unilaterais, freqüentemente ilegítimas, não resolveram nenhum problema. Mais que isto, elas originaram novas tragédias humanas e novos focos de tensão. Julguem por vocês mesmos: as guerras, os conflitos locais e regionais não diminuíram. O Sr. Teltschik mencionou isto de uma forma muito delicada. As vítimas destes conflitos não são menos numerosas, ao contrário, são muito mais numerosas do que antes. Estamos diante do uso hipertrofiado, sem nenhum entrave, da força – militar - nos assuntos internacionais, o que mergulha o mundo num abismo de conflitos sucessivos. Por consequência, nenhum dos conflitos pode ser resolvido em seu conjunto. E a sua solução política torna-se igualmente impossível. Somos testemunhas de um desprezo cada vez maior pelos princípios fundamentais do direito internacional. Mais ainda, certas normas e efetivamente, quase todo o sistema do direito de um só Estado, sobretudo, bem entendido, dos EUA, excedeu as suas fronteiras nacionais em todos os domínios: na economia, na política e na esfera humanitária, e é imposto a outros Estados. A quem isto pode convir? Nos assuntos internacionais, cada vez mais fracassamos diante do desejo de solucionar determinado problema, inspirando-nos naquilo que denominamos oportunidade política, fundada na conjuntura política. Evidentemente, isto é muito perigoso, ninguém se sente mais em segurança, devo ressaltar, porque ninguém pode mais encontrar refúgio no direito internacional. Evidentemente, esta política é catalisadora da corrida armamentista. A predominância do fator *força* alimenta inevitavelmente a aspiração de alguns países a possuir armas de destruição em massa. Assim é que vimos aparecer ameaças fundamentalmente novas que já eram conhecidas anteriormente, mas que adquirem hoje um caráter global, por exemplo, o terrorismo. Estou certo de que neste momento crucial é preciso repensar seriamente a arquitetura global da segurança. É preciso procurar um equilíbrio razoável dos interesses de todos os atores do diálogo internacional. Mais ainda porque a ‘paisagem internacional’ muda muito rapidamente e substancialmente em razão do desenvolvi-

mento dinâmico de toda uma série de Estados e de regiões. A Sra. Chanceler Federal já o mencionou. Assim, o PIB comum da Índia e da China em paridade de poder de compra já ultrapassa o dos EUA. O PIB dos Estados do grupo BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China – avaliado segundo o mesmo princípio, ultrapassa o PIB da União Européia inteira. Segundo os especialistas, este fosso vai se alargar num futuro previsível. Não há dúvida de que o potencial econômico dos novos centros de crescimento mundial será inevitavelmente convertido em influência política e a multipolaridade se reforçará.

O papel da diplomacia multilateral aumenta consideravelmente neste contexto. A abertura, a transparência e a previsibilidade em política não têm alternativa razoável e o emprego da força deve ser, efetivamente, uma última medida, da mesma forma que a pena de morte nos sistemas judiciários de alguns Estados. Atualmente, ao contrário, observamos uma situação na qual os países onde a pena de morte é interdita, mesmo tratando-se de assassinos e outros criminosos perigosos, participam levemente de operações militares que dificilmente podem ser consideradas legítimas e que provocam a morte de centenas, até mesmo de milhares de civis! Uma questão se coloca ao mesmo tempo: devemos permanecer impassíveis diante de diversos conflitos internos em alguns países, diante das ações dos regimes autoritários, dos tiranos, da proliferação de armas de destruição em massa? É o cerne da questão formulada à Chanceler Federal pelo Sr. Lieberman¹, nosso venerável colega. Será que compreendi bem a sua questão? É uma questão importante, certamente! Podemos assistir passivamente o que está ocorrendo? Tentarei responder a sua pergunta. Com certeza não devemos ficar impassíveis. Claro que não. Mas será que temos os meios de enfrentar estas ameaças? Sim, temos. Basta lembrarmos a história recente. A passagem à democracia não foi pacífica em nosso país? O regime soviético sofreu uma mudança pacífica apesar da grande quantidade de armas, inclusive nucleares, de que dispunha! Por que, então, hoje é preciso bombardear e atirar sem cessar a qualquer momento? Será que carecemos de cultura políti-

1 Favorável a uma ação militar contra o Irã, o senador Joseph Lieberman é o líder dos falcões da direita norte-americana. Ele se situa na linha do anti-russo Henry 'Scoop' Jackson, figura tutelar dos neoconservadores (n. do ed.).

ca, de respeito pelos valores democráticos e pelo direito, na ausência de uma ameaça de extermínio recíproco? Estou certo de que a Carta das Nações Unidas é o único mecanismo de adoção de decisões sobre o emprego da força enquanto último recurso. Seguindo esta lógica, ou não compreendi o que acabou de declarar o nosso colega Ministro da Defesa italiano², ou ele não se exprimiu claramente. Em todo caso, eu ouvi o que se segue: “o uso da força só pode ser legítimo se a decisão for tomada pela OTAN, a União Européia ou a ONU”. Se ele de fato pensa assim, então nossos pontos de vista são diferentes. Ou, então, entendi mal. O uso da força só é legítimo se for baseado num mandato das Nações Unidas. Não devemos substituir as Nações Unidas pela OTAN ou pela União Européia. Quando a ONU reunir realmente as forças da comunidade internacional que poderão reagir eficazmente aos acontecimentos em alguns países, quando nos desembaraçarmos do desprezo ao direito internacional, a situação poderá mudar. Senão, ela permanecerá no impasse e os graves erros se multiplicarão. É preciso trabalhar para que o direito internacional seja universal tanto na sua compreensão quanto na aplicação de suas normas. É preciso não esquecer que, em política, o modo de ação democrático supõe, necessariamente, uma discussão e uma elaboração minuciosa das decisões. Não podemos esquecer que em política o modo de ação democrática supõe necessariamente uma discussão e uma elaboração minuciosa das decisões.

Senhoras e senhores!

O risco potencial de desestabilização das relações internacionais deve-se também à ausência evidente de progresso no domínio do desarmamento. A Rússia se pronuncia pela retomada do diálogo sobre este assunto. É muito importante aplicar as normas jurídicas internacionais em matéria de desarmamento, perseguindo ao mesmo tempo a redução dos armamentos nucleares. Nós entramos em acordo com os EUA para reduzir para 1700-2200 unidades nossas cargas nucleares que equipam os vetores estratégicos, até 31 de dezembro de 2012. A Rússia tem a intenção de respeitar estritamente seus compromissos. Esperamos que nossos parceiros tam-

2 Arturo Parisi (n. do ed.).

bém ajam com total transparência e não escondam algumas centenas de armas nucleares para os ‘maus dias’. Portanto, se o novo Ministro da Defesa norte-americano anunciar que os EUA evitarão estocar suas cargas excedentes ou dissimulá-las sob uma capa, eu lhes pedirei que se levantem e aplaudam suas palavras. Esta seria uma declaração muito importante. A Rússia respeita estritamente o Tratado de Não-Proliferação das armas nucleares e o regime multilateral de controle da tecnologia dos mísseis, e ela tem a intenção de respeitá-los também no futuro. Os princípios que estão na base desses documentos revestem-se de um caráter universal. Nesta ocasião, devo lembrar que, nos anos 1980, a Rússia e os EUA assinaram um tratado sobre a eliminação de mísseis de médio e curto alcance sem, contudo, conferir caráter universal a este documento. Atualmente, uma série de países possui mísseis dessa classe: a República Popular Democrática da Coreia, a República da Coreia, a Índia, o Irã, o Paquistão, o Estado de Israel. Muitos outros países estão concebendo esses sistemas visando a munir suas forças armadas. Ora, apenas os Estados Unidos da América e a Rússia permanecem fiéis a seu compromisso de não construir essas armas.

É claro que nestas condições somos obrigados a estar vigilantes para garantir nossa segurança. Ao mesmo tempo, é preciso impedir a aparição de novos tipos de armas de tecnologia de ponta, suscetíveis de desestabilizar a situação. Não falo das medidas visando a prevenir o confronto em novos meios, sobretudo no espaço. Sabemos que a ‘guerra nas estrelas’ não é mais do domínio da ficção, mas da realidade. Desde meados dos anos 1980, nossos parceiros norte-americanos conseguiram interceptar um de seus satélites. Segundo a Rússia, a militarização do espaço é suscetível de ter conseqüências imprevisíveis para a comunidade mundial, conseqüências que não seriam menos graves do que o surgimento da era nuclear. Por isto, nós lançamos muitas vezes iniciativas visando a prevenir a expansão de armas no espaço. Hoje, insisto em lhes dizer que preparamos um projeto de tratado sobre a não-expansão de armas no espaço. Brevemente, nós o enviaremos a nossos parceiros como proposição oficial. Eu proponho trabalharmos juntos neste documento. No que concerne aos projetos que prevêm a expansão na Europa de elementos do sistema de defesa antimíssil,

eles também não deixam de nos inquietar. Quem necessita de uma retomada – inevitável nesse caso – da corrida armamentista? Eu duvido muito que sejam os europeus. Nenhum dos países ditos ‘problemáticos’ possui mísseis com um alcance da ordem de 5000 a 8000 quilômetros e suscetíveis de ameaçar a Europa. Melhor: num futuro previsível, não há perspectiva de sua aparição nestes países. Eu diria ainda mais: uma tentativa de lançar um míssil norte-coreano, por exemplo, em direção aos EUA via Europa seria contrária às leis da balística. Aproveitando minha estadia na Alemanha, faço questão de evocar a crise que atravessa o tratado sobre as forças armadas convencionais na Europa. Assinado em 1999, este tratado era adaptado a uma nova realidade geopolítica: o desmantelamento do bloco de Varsóvia. Sete anos já se passaram, mas ele foi ratificado apenas por quatro países, entre os quais a Federação da Rússia. Os países da OTAN declararam abertamente que não ratificariam o Tratado, contendo as disposições relativas às limitações na zona dos ‘flancos’ (expansão sobre os ‘flancos’ de um certo número de forças armadas), enquanto a Rússia não procedesse à retirada de suas bases da Geórgia e da Moldávia. A retirada de nossas tropas da Geórgia está em curso a um ritmo acelerado. Todo mundo sabe que nós já acertamos estes problemas com nossos colegas georgianos. Quanto à Moldávia, lá se encontra atualmente uma formação de 1.500 militares encarregados de manter a paz e de proteger os depósitos de munições que subsistem aí, desde a época soviética. Nós discutimos permanentemente esta questão com o Sr. Solana: ele conhece bem nossa posição. Estamos dispostos a ir mais longe nesta direção. Mas o que aconteceu durante este tempo? Bem, vimos aparecer na Bulgária e na Romênia ‘bases norte-americanas leves avançadas’ de 5.000 militares cada uma. Ocorre que a OTAN aproxima suas forças avançadas de nossas fronteiras, enquanto nós – que respeitamos estritamente o tratado – não reagimos a estes procedimentos.

Acho que é evidente que a expansão da OTAN não tem nada a ver com a modernização da aliança, nem com a segurança na Europa. Ao contrário, é um fator que representa uma provocação séria e rebaixa o nível da confiança mútua. Nós estamos legitimamente no direito de perguntar abertamente contra quem esta expansão

opera. O que foi feito das garantias dadas por nossos parceiros ocidentais após a dissolução do Pacto de Varsóvia? Onde estão estas garantias? Foram esquecidas. Porém, eu me permitirei lembrar às pessoas presentes nesta sala o que foi dito. Eu faço questão de citar as palavras extraídas do discurso do Sr. Werner, então Secretário Geral da OTAN, pronunciado em Bruxelas em 17 de maio de 1990: “Que nós estejamos dispostos a não expandir as tropas da OTAN para fora do território da RFA, isto dá à União Soviética garantias certas de segurança”. Onde estão, hoje, estas garantias? Os blocos de concreto e as pedras do Muro de Berlim são há muito tempo lembranças. Mas não devemos esquecer que sua queda tornou-se possível, principalmente, graças à escolha histórica de nosso povo – o povo da Rússia – em favor da democracia e da liberdade, da abertura e da parceria sincera com todos os membros da grande família européia. Ora, agora, esforçam-se em nos impor novas linhas de demarcação e novos muros. Mesmo que eles sejam virtuais, não deixam de dividir, de compartimentar nosso continente. Serão necessários novamente anos e decênios, uma sucessão de várias gerações de políticos responsáveis para dismantelar estes muros?

Senhoras, senhores!

Nós preconizamos o reforço do regime de não-proliferação. A atual base jurídica internacional permite o aperfeiçoamento das tecnologias de produção de combustível nuclear para utilização pacífica. E um bom número de Estados quer, com justa razão, desenvolver sua própria energia nuclear para fins civis como base de sua independência energética. Ao mesmo tempo, compreendemos que estas tecnologias podem se transformar rapidamente em *know-how* para a produção de materiais nucleares militares. Isto suscita uma grave tensão internacional. A situação em torno do programa nuclear iraniano é um exemplo evidente. Se a comunidade internacional não elaborar uma solução razoável para este conflito de interesses, o mundo ficará estremecido, no futuro também, por estes tipos de crises desestabilizadoras, pois o Irã não é o único país nesta corrida nuclear, e nós sabemos bem disso, nós e vocês. Assim, nós estaremos permanentemente confrontados com a ameaça de proliferação de armas de destruição em massa (ADM). No ano passado, a Rússia propôs criar centros de enriquecimento de urânio.

nio multinacionais. Aceitamos que tais centros sejam criados não apenas na Rússia, mas também em outros países onde a energia nuclear para fins civis se desenvolva sobre uma base legal. Os Estados que procurassem desenvolver sua energia nuclear para fins civis poderiam receber o combustível, participando diretamente do trabalho destes centros, evidentemente, sob o controle rigoroso da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Ora, as últimas iniciativas do presidente dos EUA, George W. Bush, estão em uníssono com esta iniciativa russa. Eu penso que a Rússia e os EUA estão objetivamente e igualmente interessados no endurecimento do regime de não-proliferação das armas de destruição em massa e de seus vetores. E são justamente nossos dois países, líderes por seu potencial nuclear e balístico, que devem, eles também, tornar-se líderes na implementação de novas medidas mais rigorosas em matéria de não-proliferação. A Rússia está pronta para efetuar tal trabalho. Nós mantemos consultas permanentes com nossos amigos norte-americanos. Em suma, isso implica a implantação de todo um sistema de alavancas políticas e de estímulos econômicos que não incitem os Estados a criar suas próprias capacidades em matéria de ciclo do combustível nuclear, mas que lhes permitam desenvolver energia nuclear para fins civis, reforçando, assim, seu potencial energético. Nesta ocasião, devo falar mais detalhadamente sobre a cooperação energética internacional. A Sra. Chanceler Federal já falou disso, ainda que brevemente. Na esfera energética, a Rússia se orienta para a elaboração de princípios de mercado e de condições transparentes que sejam as mesmas para todos. É evidente que o preço dos hidro-carburetos deve ser estabelecido pelo mercado e não deve ser objeto de especulações políticas nem de pressões ou chantagens econômicas. Estamos abertos à cooperação. As companhias estrangeiras participam de nossos maiores projetos econômicos. Segundo diferentes avaliações, até 26% da extração de petróleo na Rússia correspondem – reflitam bem sobre este número – até 26% da extração de petróleo na Rússia correspondem ao capital estrangeiro. Tentem me dar um exemplo de presença tão grande de negócios russos nos ramos-chave da economia dos Estados Ocidentais. Não há! Insisto ainda em lembrar a proporção de investimentos que chegam e saem da Rússia para

outros países do mundo. Esta relação é aproximadamente de quinze por um. Eis um exemplo impressionante da abertura e da estabilidade da economia russa. Segurança econômica é uma esfera onde todos devem se ater a princípios únicos. Estamos prontos para uma concorrência leal. A economia russa tem cada vez mais possibilidades para isto. Esta dinâmica é objetivamente avaliada por especialistas e por nossos parceiros estrangeiros. Recentemente, por exemplo, a Rússia teve uma melhor cotação na Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE): nosso país passou do grupo de risco 4 ao grupo 3. Aproveitando a ocasião, aqui, hoje em Munique, eu queria agradecer, particularmente, a nossos colegas alemães por terem concorrido para a adoção da medida evocada. Continuemos. Como é sabido, o processo de adesão da Rússia à Organização Mundial do Comércio (OMC) entrou em sua fase final. Eu lembrarei que, no decorrer das longas e difíceis negociações, ouvimos mais de uma vez referências à liberdade de expressão, à liberdade de comércio e à igualdade de condições, mas somente quando se tratava do mercado russo. E, ainda, um tema muito importante que influi diretamente sobre a segurança global. Fala-se muito, hoje, da luta contra a pobreza. Mas o que se faz, na realidade? De um lado, os recursos financeiros – muitas vezes consideráveis – são alocados aos programas de assistência aos países mais pobres. Quaisquer que sejam eles, e muitos aqui presentes também o sabem, não é raro que as companhias dos próprios países doadores ‘os utilizem’. De outro lado, a agricultura nos países industrializados é sempre subvencionada, enquanto o acesso às altas tecnologias é limitado para outros. Chamemos, pois, as coisas por seus nomes: acontece que uma mão distribui as ‘ajudas caritativas’, enquanto a outra mantém o atraso econômico, mas recolhe também benefícios. A tensão social que surge em tais regiões desfavorecidas se traduz, inevitavelmente, pelo crescimento do radicalismo e do extremismo, alimentando o terrorismo e os conflitos locais. E se, além disso, tudo aquilo ocorre, por exemplo, no Oriente Próximo, no contexto de uma visão negativa do mundo exterior como injusto, há risco de se produzir uma desestabilização global. É evidente que as principais potências mundiais devem perceber esta ameaça e organizar, conseqüentemente, um sistema

mais democrático e mais eqüitativo de relações econômicas que dê a todos uma chance e uma possibilidade de desenvolvimento. Intervindo numa conferência sobre segurança, não se pode, de forma alguma, senhoras e senhores, silenciar sobre a atividade da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). A OSCE foi criada para examinar todos os aspectos, devo ressaltar, *todos* os aspectos da segurança, quer tratem-se de aspectos político-militares, econômicos ou humanitários e, isto, nas suas relações recíprocas. Mas o que vemos, hoje, na realidade? Vemos que este equilíbrio está manifestamente perturbado. Tenta-se transformar a OSCE em instrumento vulgar a serviço dos interesses políticos externos de um só país ou de um grupo de países em relação a outros Estados. E é para esta empreitada que também ‘se montou com todas as peças’ o aparelho burocrático da OSCE, que não está de modo algum ligado aos Estados fundadores. Assim também, para esta tarefa, ‘montaram-se com todas as peças’ os procedimentos de adoção das decisões e de utilização das famosas ‘organizações não-governamentais’. Formalmente, trata-se, efetivamente, de organizações independentes, mas financiadas racionalmente e, conseqüentemente, controladas.

Conforme os documentos fundadores, na esfera humanitária, a OSCE é chamada a conceder aos países membros, a pedido deles, uma contribuição em matéria de respeito às normas internacionais na esfera dos direitos do homem. É uma importante missão. Nós a apoiamos. Mas isto não significa que se possa ingerir nas questões internas de outros países e menos ainda tentar lhes ditar a maneira como devem viver e se desenvolver.

É absolutamente evidente que uma tal ingerência não contribui em nada para o amadurecimento de Estados autenticamente democráticos. Ao contrário, ela os torna dependentes e, conseqüentemente, instáveis nos planos econômico e político. Esperamos que a OSCE se volte para estas tarefas imediatas e organize suas relações com os Estados soberanos sobre a base do respeito, da confiança e da transparência.

Senhoras e senhores!

Concluindo, eu gostaria de frisar isto. Nós ouvimos freqüentemente – e eu os ouço pessoalmente – os apelos de nossos parceiros,

inclusive de nossos parceiros europeus, exortando a Rússia a desempenhar um papel cada vez mais ativo nos assuntos internacionais. Eu me permitirei, nesta ocasião, uma pequena observação. Nós não precisamos ser esporeados ou estimulados. A Rússia tem uma história milenar e teve sempre, praticamente, o privilégio de praticar uma política externa independente.

Também não temos a intenção, hoje, de falhar nesta tradição. Ao mesmo tempo, vemos que o mundo mudou e avaliamos com realismo nossas próprias possibilidades e nosso próprio potencial. E, evidentemente, gostaríamos de tratar com parceiros sérios e também independentes com os quais pudéssemos trabalhar na construção de um mundo mais democrático e igualitário, onde fossem garantidas a segurança e a prosperidade não apenas das elites, mas de todos. Também não temos a intenção, hoje, de falhar nesta tradição. Obrigado pela sua atenção. ■